

Número III

BALANÇO

CORTES

INTEGRALMENTE CORTADOS

1 CRÔNICA -

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO COPPER-

BELT de JOÃO CRAVINHO

2 NOTAS do NOTICIÁRIO CRÍTICO

O SUBSOLO E A SUPERFÍCIE -- NUNO DE
BRACANCA

MAURILAC E AS GERONTOCRACIAS -- SERRA
LOPES

1 Poema de HERBERTO HELDER

COM CORTES (aprovada com)

PARTE FINAL DA CRÔNICA DE MÁRIO
MURTEIRA: OS SALÁRIOS DA INDÚSTRIA

Provas remetidas à Censura

em 11/3.../63

Prova n.º 20

Saída em 28-3-63

POEMAde HERBERTO HELDER

Olha: se és puro, queima-te. Olha se
tens muitas noites cheias
de flores fantásticas atrás de ti, levanta
os dedos em fente
das tuas pálpebras ligeiras, respira
mais devagar debaixo do céu — e queima-te.
Muda para ti o nome de uma
anónima estrela, absorve no teu ser
mais surpreendente
a luz denominada Cão — e queima-te
aèreamente sobre os meses da noite.

Olha: tu és uma espécie de coisa ardente:
pénis combustível, carvão
encarnado, pensamento avassalador.
E em tua própria sinistra leve noite és
comburente como uma vaga
mulher que alimenta e guarde o silencioso
incêndio de um filho.
És uma espécie de mãe incendiária que te
consomes olha queima-te.

Viverás as noite transformadoras, com
as delgadas raízes das flores
metidas em teu coração. Flores que ardem,
raízes duras que atravessam os nomes
fechados do teu coração. Viverás
assim doce e duro
sòmente para dares força ao fogo, oh
sim, sòmente para te queimares.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÍDE)
CORTADO

Algue

Provas remetidas à Censura

em 11/3...../63

Prova n.º 21

Saída em 28-3-63



2

E se mudas de dentro para fora, ou se
tornas interior
a paisagem fresca e demorada
do céu, olha: queima-te.
Primeiro és verde pelo teu sonho
na cabeça, depois tornas-te
cor dos botões amarelos da mais alta
serenidade, depois
fazes-te encarnado veloz onde se cria
a loucura principal, olha:
queima-te.

Não levas crianças presas pelos dedos
aos teus dedos, não
levas levantadas mulheres de boca aberta
pelas estrelas na tua boca,
não levas nada, além do teu amor
indistinto pelos fogos insensatos. E olha
que te digo: queima-te.

Começas pelos pés, e a chama enrola
teu corpo simples que roda com o nome
de Cão; começas por todos
os sítios verdadeiros de teu corpo saído:
começas pelos cabelos, os nervos, os
tendões misturados no pescoço. Olha: queima-te, quei-
ma-te. Gosto
de ver-te assim
chama pura. Nascestes para límpida
chama num campo negro, ao frio. Tu, seio
e ser da chama. Olha: queimas-te, queima-te.
Imensamente — eis como te digo. Queima-
-te.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

JOSE BENTO

Provas teóricas de Censura



semos uma noção fundamentada sobre o que deve entender-se por mínimo útil de uma família portuguesa de composição típica. Seria, também, a partir dessa noção que se poderia fundamentar uma política de salários mínimos de que, infelizmente, não dispomos ainda. Na ausência desse termo de referência, não nos resta outro caminho senão o do simples juízo subjectivo, mais ou menos arbitrário. Parece-nos, mesmo, à escala dos países medianamente desenvolvidos e não esquecendo as possibilidades teóricas de desenvolvimento económico que hoje conhecemos, não ser tranquilizadora a média que encontramos.

Não serão, por outro lado, medidas redistributivas do rendimento que poderão alterar substancialmente esta situação. O essencial da questão está — como sabemos — em desenvolvimento económico acelerado. Lembremos que os salários agrícolas nunca poderão atingir um nível geral superior aos da indústria, devido, pelo menos, às diferenças na produtividade do trabalho.

Em segundo lugar, quanto ao ritmo de elevação de salários verificado no período de 1953-61. O ritmo não só se revela lento — tendo em vista, mesmo assim, a inflação moderada que classicamente nos diferencia de outros países em vias de desenvolvimento — como é ainda inferior à taxa de aumento do produto nacional por habitante, que é corrente interpretar como índice de melhoria do nível de vida geral da população. Se os dados da nossa contabilidade nacional merecem confiança, isto equivale a afirmar uma tendência à perda de posição relativa dos trabalhadores da indústria (não, seguramente, a favor dos trabalhadores agrícolas) em benefício de outros grupos sociais titulares de rendimentos — proprietários, empresários e (ou) capitalistas.

Não é aqui, evidentemente, o lugar adequado para o aprofundamento destas simples considerações. Elas servem-nos parém para introduzir uma vasta problemática de que habitualmente andamos distanciados, para além das opiniões vagas e dos sentimentalismos estéreis. Qual é a eficácia real da acção dos sindicatos no nosso País no que se refere à pressão sobre os salários? Quais os critérios em que mais conviria buscar a prática de salários exercida pelos poderes públicos? Até que ponto consegue o sistema de segurança social corrigir as desigualdades na distribuição da riqueza e proporcionar a todos uma efectiva protecção dos debates — sem dúvida essenciais — das ideologias ou das doutrinas, na velhice, na doença, na incapacidade perante o trabalho? Para além só o estudo objectivo de questões como as acima referidas poderá contribuir eficazmente para o necessário progresso do trabalho português. Poderá argumentar-se que afirmar isto equivale a propor uma visão tecnocrática em relação ao que é eminentemente político. Não ignoramos a dificuldade, mas ela fornece uma arma que facilmente se volta contra os que a usem de má fé: o político diminuirá o técnico por recear o desaparecimento das nuvens de slogans que habitualmente o protegem; o técnico desdenhará o político por este pôr em causa a tranquilidade confortável que reivindica em nome duma falsa objectividade. Sem ir, neste momento, ao fundo da questão, basta reconhecer que, como tendência, a boa política terá sempre de apoiar-se na técnica e esta só será válida quando conduzir à boa política. Sem dúvida que nunca a política se reduzirá à melhor técnica; mas, por vezes, a melhor política começa aí.

M. MURTEIRA

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
GOM
GORTI

2

Shi

Provas de 59
9
79

Provas remetidas à Censura

em 15/3/1963

Prova n.º 59

Saída em 28-3-63



TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO COPPERBELT

OS últimos meses têm sido particularmente agitados na zona central do continente africano, o Copperbelt. Constituíram para isso dois acontecimentos de singular relevo: a queda do regime de Tschombé, no Katanga, e a entrada em funções do primeiro governo negro na Rodésia do Norte. Acontecimentos de capital importância para as populações que vivem nestes países.

Assistimos ao fim de uma primeira fase do processo de descolonização de grandes áreas, outrora sob a tutela de duas potências industrializadas do noroeste europeu, a Inglaterra e a Bélgica, que, embora seguindo caminhos divergentes, souberam sempre coordenar os interesses representados nos respectivos governos. Identificar as transformações nos dois territórios seria insensato. Mas ficaríamos aquém de um mínimo de objectividade se não sublinhássemos certos elementos que traduzem a concordância lógica dos aspectos mais salientes das suas experiências nesta zona, apesar da diferença das suas tradições coloniais e dos métodos de administração que praticavam e até da espectacular divergência dos caminhos que levaram o Congo e a Rodésia do Norte às suas situações actuais. Mesmo partindo do ponto de vista de que a secessão do Katanga foi apenas uma manobra dos grandes interesses mineiros, tal como o lançamento da Federação da África Central representava movimento idêntico em conjugação com as activas minorias da Rodésia do Sul e da União Sul-Africana, admitindo ainda que a intervenção das Nações Unidas é uma faceta da acuidade internacional de que se revestem os problemas de descolonização, temos de reconhecer que subsistem elementos que, à primeira vista, contrariam poderosamente a concordância apontada. Não se julgue, porém, que os subestimamos, mas nesta nota esboça-se um encadeamento dos factos de acordo com uma óptica interpretativa de ordem global.

É exacta a afirmação de que toda a experiência colonial se traduz por diferenciações detectáveis nos pormenores dos sistemas, como reflexo de um conjunto de factores que lhe dá uma tonalidade específica. Sabe-se também que os processos de transformação social que modernamente se vêm desenvolvendo nessas áreas manifestam a existência de um certo número de linha de força comuns, demonstrando a radicação de uma problemática em moldes algo semelhantes. A colonização belga e a britânica seguiram um figurino que conduziu à implantação de minorias que, agindo em nome próprio ou mandatadas por interesses organizados à escala internacional, persistiam em manter um estatuto privilegiado.

A violência, concretizada no Katanga ou perfilada em ameaça sobre a Rodésia, não foi estranha ao encaminhamento dos dois casos. É lamentável que a conquista de uma ordem social mais consentânea com os princípios da dignidade humana não seja o resultado de uma evolução inibida de espírito pacífico! Deploremos a violência mas sem cair no moralismo angélico ou nos dédalos do maniqueísmo. A solução dos pro-

algue

Provas remetidas à Censura

em 15/3 /63

Prova n.º 15

Saída em 28-3-63



2

blemas que gravitam na órbita do colonialismo nada ganham nem com prodigalização de santas intenções nem com a idealização, em modelo renovado, das origens do bem e do mal. Que se caminhe para uma racionalização dos comportamentos colectivos, enquadrando a realidade dos factos em interpretações valorizadas por uma escala mais larga que a resultante das elaborações históricas, culturais e económicas de qualquer etnocentrismo regional, eis o que parece constituir o essencial de uma aspiração de que a maioria dos Portugueses comunga.

Tanto em Londres como em Bruxelas, depois de longo período de hesitações, vai-se fazendo o contacto com uma visão mais profunda da evolução da África Central. Trata-se de mero saber de experiência feito, é certo, mas nem por isso menos rico de implicações quanto aos métodos dos «trusts» internacionais e às suas possibilidades a longo prazo.

Talvez com repassada nostalgia, mas em todo o caso sem atrasos excessivos, desconta-se o futuro. A maleabilidade pragmática dos questionários permite-lhes oportunas alterações do sistema de relações coloniais, relaxando gradualmente as vialhas do poder político e económico, desde que a tensão se aproxime dos limites de tolerância. Para além desses limites, nem sempre muito claros, está a certeza de desgastantes conflitos que em curtos períodos não fazem mais do que avançar de alguns anos os calendários dos territórios na sua evolução geral.

Neo-colonialismo ou, mais uma vez, a mágica simplificação de um ismo? Tendo em atenção que o lado negativo é expresso pelo ajustamento ao grau máximo de dependência aceitável pela população, fixe-se a outra face da mesma moeda. Tomando uma vista desapaixonada, atente-se na razão de ser e na mecânica das transformações operadas. No plano global e numa perspectiva histórica, a movimentação nada evidencia que nos leve a atribuir-lhe o carácter de simples justaposição de perturbações incertas, propagadas do exterior, carecidas de lógica interna e erráticas nas suas tendências e, por isso mesmo, desencarnadas de uma paisagem africana aberta ao desenvolvimento social e económico. Pelo contrário, a dinâmica de maturação assenta na causalidade recíproca dos fenómenos de ascensão social.

Uma das mais importantes é a impossibilidade de conciliar a exploração dos recursos com a estagnação dos territórios. Esta impossibilidade verifica-se quer os interesses predomnantes se centrem nas explorações mineiras, na agricultura ou no comércio. A expansão dos benefícios das minórias é acompanhada de necessidades crescentes de mão-de-obra, a que é vantajoso dar um mínimo de treino profissional e/ou pela ampliação da rede de trocas mercantis. Os interesses dominantes representam enclaves voltados para o exterior do qual recebem capital, técnica e equipamento em contrapartida da drenagem de matérias-primas. Apesar da desarticulação especial, há pelo menos um aspecto em que a sua acção polinizadora se revela sempre poderosa: a desagregação tribal, que, vindo engrossar o proletariado indígena e a população urbana em geral, introduz um factor de instabilidade na ordem colonial.

Durante muitos anos os Belgas avaliaram mal as consequências deste

Segue

Provas remetidas à Censura

em 15/3/63

Prova n.º 61

Saída em 28-3-63



efeito desestabilizante. A sua política de criação de uma pequena burguesia negra, cortada dos vínculos tribais, tendia a estabelecer entre as grandes massas e a administração uma camada intermédia dócil e mais interessada em manter o «status quo» do que em subvertê-la. Até 1957 a actividade política autóctona foi manifestamente subestimada. As eleições municipais revelaram ao grande público, mais do que os nomes de Lubumba e Kasavubu, a força dos ventos de mudança.

Os Britânicos previram com mais larga antecedência esses ventos e procuram amortecê-los integrando as Rodésias e a Niassalândia num complexo político e económico dirigido pelas elites europeias. Juntar para governar não é uma solução rotineira, o que abona a imaginação dos anglo-saxónicos e africanos. Mais vulgar é o esquema oposto.

Quando os interesses minoritários se encontram bem coordenados por capitalistas dotados da percepção da realidade, estes procuram servir-se das elites locais e das rivalidades tribais. O regime de Tshombé explica-se assim, em grande parte: 75 % das actividades económicas do Congo eram dominadas por dois ou três grupos financeiros. O Katanga, riquíssimo produtor de cobre, cobalto, zinco, estanho, manganésio e urânio, é um empório da Société Générale. Este grupo financeiro participa na Union Minière, Compagnie de Katanga, Tanganyika Concessions, Compagnie du Congo pour le Commerce et l'Industrie e Compagnie du Chemin de Fer du Bas Congo au Katanga. Por sua vez, a Union Minière controlava 50 % do comércio do Katanga, e, em 1959, detinha participações importantes em 17 outras grandes companhias, operando no Congo em nove companhias belgas e em cinco companhias situadas na Bélgica ou no Congo, além de ser credora do governo Congolês e até do Belga. Se tivermos em mente que a Société Générale mantinha participações, directas ou indirectas, em algumas das empresas já mencionadas e noutras de grande importância, como o Banque du Congo Belge — 75 % do movimento da banca privada no Congo — fica-se com a ideia do poder deste grupo financeiro.

Tshombé surge como um pião, excelente manobrador embora, nesta engrenagem. Dos 1 700 000 habitantes do Katanga, cerca de metade são Balubas hóstis a Tshombé; a fachada popular era dada pela sua tribo, os Lundas, e os Bembas, agrupados no Conakat. Mas o apoio diplomático e logístico vinha dos Belgas, Britânicos, Rodesianos, etc., com o aparato conhecido. O cimento das alianças é o sangue ou o dinheiro. Talvez por isso nenhuma nação achasse oportuno reconhecer a legitimidade do Estado de Katanga, apesar de a Union Minière se ter mantido dois anos e meio fora do Governo Central.

Perante a deterioração do seu campo de manobra, a Union Minière preferiu entender-se com o Governo Central, conformando-se com o nacionalismo congolês de tendências mitigadas.

No fundo não foi outro o comportamento dos «trusts» da Rodésia do Norte. Esta era o banco da Federação criada há dez anos como bastião norte da África do Sul. Era no tempo em que ainda se falava no «partnership». Hoje em dia a Federação está desmantelada, o que

Algue

Provas remetidas à Censura

em 15/3/63

Prova n.º 62

Saída em 28-3-63



provocou uma reviravolta das grandes empresas. Refere um jornal londrino que a British South Africa Company, que até o ano passado financiou o partido de Sir Roy Welensky, resolveu mudar o sentido da sua generosidade. Numerosas outras companhias mudaram igualmente de orientação «para não perder o comboio no último minuto», receando encontrar-se no mau lado do rio Zambeze.

Estes resultados traduzem, não dádivas, mas aquisições de movimentos de massas que têm uma aguda percepção das desigualdades da situação colonial. A Union Minière, por si só, teve em 1959 lucros da ordem dos 2/3 do rendimento total da população africana do Katanga — 1.700.000\$00 — e em 1956 da ordem dos 4/5. O salário médio do Europeu era, no Katanga e no Congo todo, respectivamente, 40 e 35 vezes superior ao do Africano. Na Federação das Rosédias e Niassalândia o salário médio num e noutro grupo era de cerca de £ 1100 e £ 70 anuais.

É preciso ainda verificar, no caso do Katanga, porque razão qualquer governo central não poderia tolerar a manobra da Union Minière. O Katanga forneceu em 1959 60 % das exportações do Congo; adicionemos a esta soma os impostos devidos pela concessão mineira e as perdas resultantes nas províncias vizinhas pela desintegração dos comerciais já existentes. Por aqui se verifica a extraordinária importância que a província tem para os 14 milhões de Congolezes. Anote-se de passagem que o Katanga apenas tem 1,7 milhão de habitantes dos quais mais de metade de opõe a Tshaubé.

São todas estas motivações que se fundem no cadinho emocional do nacionalismo para dar origem a um projecto nacional, por vezes mal definido mas difícil de conter em fórmulas convencionais, tanto mais que a sociedade internacional evoluiu no sentido de apoiar estes movimentos. As forças da O. N. U. no Congo e o auxílio técnico à jovem República congregam as forças de europeus como os suecos e os catandeses, de africanos e de asiáticos com o apoio dos Estados Unidos.

A coligação de todas estas facetas, destinadas a reforçarem-se mutuamente, permite canalizar a energia colectiva para a reivindicação política, forma primária do processo de descolonização, fazendo-a operar intensamente sobre o jogo de tensões dialécticas características dos fenómenos de dependência. Desta sorte os Congolezes e os Rodesianos encontraram no conflito nascido do impacto colonial os métodos que lhes dá a possibilidade de estruturar uma nova ordem política e económica.

Segundo Myrdal há aqui um processo acumulativo de causalidade circular, através do qual o ordenamento recém-estruturado, em lugar de se perpetuar, será, por sua vez, o quadro propício a novo tipo de movimentação. Criou-se, assim, uma cadeia de interações as quais têm levado o homem africano a assumir gradualmente uma visão fecunda da sua inserção em planos de valoração ascensional. A etapa de integração nacional, em plena fase de arranque no Congo e na Rodésia, é, nesta óptica, o início de um tempo intermédio que por isso mesmo nos deve merecer a maior atenção.

G. C.

O SUBSOLO E A SUPERFÍCIE

Todos sabem que o carvão de pedra não é como as rosas; que não se colhe ao sol da primavera porque há que extrai-lo das profundidades do subsolo. Mas embora toda a gente saiba isso, ninguém tem dessa realidade memória tão quotidianamente refrescada como os mineiros.

Em França, os mineiros que trabalham nas minas de hulha entraram em greve no dia 1 de Março. Os salários desses operários acusam um atraso de 10% relativamente aos de outros ramos da indústria, e as organizações sindicais entenderam que, era chegado o momento de lutar, ao país, a existência dos mineiros a da tal inferioridade de salários e a de outras anomalias em torno da indústria carbonífera. A ocasião era boa porque: a) já não havia guerra na Argélia; b) estava passada a pior fase do inverno; c) esse mesmo inverno, pelo seu rigor, provocara um consumo anormal, reduzindo consideravelmente os stocks de carvão.

Os mineiros pediram um aumento imediato de 11%, considerado necessário para compensar o atraso acima referido. O governo, contudo, decidiu um aumento de 5,77%, a concretizar-se em 1963, decisão que ao sector operário pareceu longe da justiça. Vendo que as negociações esbarravam nesses 5,77% como no fundo dum beco, as organizações sindicais decretaram greve. Imediatamente o governo fez saber que se essa greve ultrapassasse as 48 horas, o *Journal Officiel* começaria a publicar decretos de requisição. Por outras palavras: o governo autorizava uma greve simbólica, mas, opunha-se a uma interrupção de trabalho suficientemente prolongada para fazer moessa.

Assim sucedeu: nos dias 3 e 5 de Março foram publicados decretos requisitando os grevistas, que ficavam deste modo postos à mercê de duras sanções se continuassem a sua inactividade.

A reacção contra esta iniciativa governamental trouxe à greve dos mineiros uma amplitude que transcendeu os problemas específicos invocados pelos grevistas.

Logo que o governo ameaçou efectuar a requisição, cerca de metade dos engenheiros afectados às minas em causa

afirmou a sua solidariedade com os operários, cujas reivindicações consideravam justas, e numa moção que publicaram e onde se denunciaram diversos graves males na organização da indústria carbonífera, pôde ler-se: «(os engenheiros) denunciam a requisição governamental como uma privação do último meio de protesto garantido pela Constituição, e, uma vez mais, chamam a atenção da opinião pública para os graves problemas que afectam a profissão e a região mineira».

O recurso à coacção para pôr termo à greve foi denunciado não apenas por todas as organizações sindicais mas também pela maior parte da imprensa francesa. Deixou de estar unicamente em discussão o direito ao aumento pretendido, visto que se punha em causa o próprio direito de os operários se fazerem ouvir pela nação. «Que faremos nós» — perguntava o bispo de Arras numa nota pastoral lida em todas as igrejas da sua diocese — «para que os protestos dos trabalhadores sejam, não só ouvidos mas atendidos? Acaso estaremos concedendo ao sindicalismo o apoio e o respeito bastantes para que ocupe, na nação, o lugar que lhe compete?». Outro prelado, Mons. Guerry, bispo de Cambrai, também numa nota pastoral, chamava a atenção para o facto de que a opção da greve, com todos os riscos e contrariedade que acarreta aos mineiros, bastava para mostrar que as reivindicações daqueles operários eram graves e mereciam um exame atento, e manifestava o seu cepticismo relativamente aos bons frutos que pudessem resultar da prova de força inaugurada pela requisição dos mineiros. «O recuso à prova de força» — afirmava o bispo — «não resolve os problemas sociais e profissionais que estão na base deste conflito».

Os mineiros, apesar da requisição, continuaram em greve. Preferiram, pois, as sanções à cedência. É visível que eles compreendera ma importância do que estava em causa: tratava-se da possibilidade de trazerem à superfície, além do carvão, os seus problemas, queixas e reivindicações. «É necessário que se compreenda» — declarou um mineiro ao jornalista que o interrogava — «que o que se está passando nas minas é também a luta dos trabalhadores que desejam ser ouvidos».

Provas remetidas à Censura

em 15/3 163

Prova n.º 72

Saída em 28-3-63



MAURIAC E AS GERONTOCRACIAS

A Associação da Imprensa Estrangeira de Paris teve a almoçar, há poucos dias, François Mauriac.

O velho Prémio Nobel confessou-se maravilhado por acabar a sua carreira literária como jornalista: «Sem isso, estaria já a caminho do estaleiro. Tenho muitas vezes comparado as Academias àqueles locais de recolha das locomotivas que já não prestam. Eu sou uma locomotiva velha mas ainda vou puxando umas tantas carruagens. De vez em quando até, lá vou esmagando um ou outro que me surge pela frente».

Depois, o autor do «Nó de Viboras», ex-cronista semanal e crítico de Televisão de L'Express, actualmente com arraiáis assentes no Figaro Littéraire, fez o ponto das suas convicções passadas e presentes, com a inevitável menção a Carlos André Maria de Gáudio Homens de uma mesma época, o general e o romancista dir-se-iam imbuídos pelo mesmo egocentrismo omnipotente. Contudo, enquanto o político sabe assumir a serenidade que lhe convém «já que as coisas são o que são», o escritor mostra-se inquieto, procura a todo o transe furtar-se aos efeitos que inexoravelmente traz o endurecimento das artérias sobre a mocidade do espírito. Falam-lhe da impaciência da juventude de hoje. Mauriac comenta: «Vivemos numa época em que os velhos não morrem. Pode ter-se noventa anos e estar-se à frente de um país. É assustador. Assim, aborda Mauriac o problema das gerontocracias (etimologicamente — o governo dos anciãos). Há nesta atitude, a par de uma estudada e gaulesa audácia, uma certa traição aos seus setenta e alguns anos. Acaso poderemos falar aqui de sinceridade? E porque não? O drama das gerontocracias é, em parte, fáustico: Ninguém poderá mais amar Margarida do que o Dr. Fausto...

S. L.